

### **3. PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA O ANO DE 2021:**

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da Assembleia Municipal, a proposta de fixação da Taxa do Imposto Municipal Sobre Imóveis - 2021, que se anexa.

## **PROPOSTA DE FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**

Submete-se à apreciação do Executivo Municipal com vista a aprovação da assembleia Municipal, a seguinte proposta da Fixação da Taxa do imposto Municipal Sobre Imóveis, para o ano de 2021:

Assim:

- a) Considerando a carga fiscal que onera os munícipes nos últimos anos;
- b) Considerando os constrangimentos financeiros que atualmente as famílias atravessam na sequência da pandemia epidemiológica do novo Coronavírus (COVID-19),
- c) Considerando a importância deste imposto para o financiamento e estratégia de gestão do Município de Braga,
- d) Impõe-se encontrar uma solução equilibrada, ponderada e rigorosa que permita minimizar os constrangimentos socioeconómicos das famílias bracarense e, ao mesmo tempo, não hipotecar a prossecução da estratégia municipal na satisfação das necessidades do concelho;
- e) Atendendo, de igual modo, ao compromisso estabelecido, na reunião de 27 de julho, entre todas as forças políticas representadas no executivo municipal;

Proponho, ao abrigo do artigo 112º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI), na sua redação atualizada, submeter à Assembleia Municipal:

- 1. Fixar, para o ano de 2021, a taxa do imposto Municipal sobre Imóveis, nos seguintes termos:
  - Prédios urbanos – 0,34%
- 2. Aplicar as seguintes majorações e minorações à taxa agora fixada, no seguimento da aplicação dos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana em vigor, elaborados pelo Município de Braga e aprovados pela Assembleia Municipal de Braga e tendo em conta as alterações produzidas ao respetivo regime jurídico e CIMI;





BRAGA

3. Minoração em 20% da taxa para edifícios reabilitados para habitação, nas respetivas áreas de reabilitação urbanas, de acordo com o disposto no nº 6, do artigo 112º do CIMI, incentivando assim a reabilitação urbana, a fixação de população e a atração de novos residentes para aquelas áreas;
4. Redução em 50%, a prédios urbanos arrendados, cujo contratos tenham sido celebrados ao abrigo do programa Encaixa-te ou semelhante, promovendo a clusterização de atividades culturais e criativas e reforçando a polarização comercial do Centro Histórico, (conforme regulamento anexo e nos termos previstos no nº 7 do artigo 112º, sendo que esta redução pode ser cumulativa com a prevista no nº anterior);
5. Majoração em 30% da taxa a aplicar a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens, nos termos do disposto no nº 8 do artigo 112º do CIMI;
6. Redução da taxa do imposto a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, atendendo ao número de dependentes que compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a tabela constante artigo 112º A do CIMI, que aqui se reproduz:

Nº de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

O Presidente da Câmara Municipal

  
Ricardo Rio, Dr.